

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



DOSSIÊ

ANO 2 - VOLUME 1 - 2003
www.cebri.org.br

DEFESA NACIONAL NA ORDEM DO SÉCULO 21

MARIO CESAR FLORES



DEFESA NACIONAL NA ORDEM DO SÉCULO 21^(*)

Mario Cesar Flores

(*) Este texto é síntese autorizada pela Editora, para uso pelo CEBRI, do meu livro *Reflexões Estratégicas - repensando a defesa nacional* (Editora “É Realizações”, São Paulo, dezembro de 2002), onde todos os temas aqui tratados estão melhor desenvolvidos.

As instituições devem acompanhar as circunstâncias que as afetam – um problema complicado com evolução rápida e profunda, como a do mundo atual, em particular para os sistemas militares, cujos profissionais, sujeitos à escalada hierárquica e à formação homogênea, nem sempre aceitam bem a mudança, se ela implicar em alteração que questione interesses e competências consagradas. Resultado: tolerância com a rotina e o tradicionalismo cultural-doutrinário.

Os militares realmente são propensos ao conservadorismo e são freqüentemente acusados de conduzir o preparo militar em função do passado, em vez de adaptá-lo ao futuro. A acusação tem alguma procedência, de que é exemplo a linha Maginot, um sistema linear de defesa inspirado nas campanhas de 1870 e da 1ª GM, que foi inútil em 1940, quando a Alemanha atacou em movimento rápido e profundo com forças blindadas e motorizadas, através de estreita ruptura da defesa. Essa estratégia fora aventada na França, mas o conservador Alto Comando francês descartou-a, ao contrário da Alemanha, onde o Hitler apoiou a inovação. A Alemanha venceu porque inovou na associação entre tecnologia e concepções organizacionais e operacionais. A França insistiu no conservadorismo e foi vencida.

Outro exemplo: até a 2ª GM nossa esquadra, nucleada pelos encouraçados Minas Gerais e São Paulo, preparava-se para os duelos de artilharia típicos da teoria imperial-marítima sistematizada no fim do século 19 por Alfred T. Mahan, que associava poder nacional e comércio marítimo com o domínio do mar, obtido em batalha onde os navios-capitais (encouraçados, à época) exerciam o papel principal. Mas o exigido de nossa Marinha na 2ª GM foi a proteção anti-submarino do tráfego costeiro, para o qual pouco valeu o preparo pré-guerra - o que implicou em forte dependência da USNavy.

Mais um exemplo: Guilherme II e seu Comandante da Marinha, Almirante Tirpitz, adeptos de Mahan sem que a Alemanha tivesse problemas imperial-marítimos, imaginaram uma guerra pelo domínio do mar e para ela construíram uma esquadra que foi irrelevante para a decisão da 1ª GM, em detrimento de outros meios que poderiam ter sido obtidos com os recursos aplicados nela.

Esses exemplos mostram que, em cada época e país, o pensamento estratégico deve ser ajustado às circunstâncias que lhe digam respeito. O problema é político (a visão política da defesa nacional) e estratégico; ele existe em todo o mundo e está mal equacionado no Brasil, carente de experiência e criatividade estratégicas próprias e prejudicado pela apatia política nutrida no preconceito, desinteresse e despreparo e na autonomia militar, facilitada pela a apatia.

O preconceito, decorrente das interferências militares na vida nacional, agravado pelo esquerdismo do século 20, que via nos militares um obstáculo à aventura à esquerda. O

“O despreparo é parte das insuficiências brasileiras, prejudicial porque o preparo militar precisa pelo menos de um núcleo de políticos, de civis em geral, familiarizados com a defesa nacional.”

desinteresse, explicável pela não percepção de ameaças e porque o Brasil não foi ator importante em guerra desde 1870; em razão da ausência de ameaça, também porque as questões de mérito objetivo da defesa nacional não geram votos. O despreparo é parte das insuficiências brasileiras, prejudicial porque o preparo militar precisa pelo menos de um núcleo de políticos, de civis em geral, familiarizados com a defesa nacional.

Vejamos os cenários político-estratégicos e tecnológico que influenciam o tema. As considerações apresentadas a seguir se referem ao nível não nuclear. A arma nuclear serve à contenção mútua dos que a possuem, mas, sem flexibilidade operacional, não têm uso racional nos conflitos verossímeis. Para as grandes potências suas vantagens estratégicas têm menos peso do que as desvantagens políticas por não tê-la. Índia e Paquistão, idem, com simbologia regional. Nenhum país de segunda ordem tem uso para ela, salvo se desafiar irracionalmente o mundo, sujeitando-se à reação das maiores potências, hipótese só plausível sob ditaduras insanas. Quanto aos EUA, ela é o ingrediente apocalíptico de sua capacidade de árbitro maior da ordem mundial, que até os “falcões” radicais relutarão em usar.

As guerras generalizadas, com grandes potências em confronto, serão improváveis no futuro imaginável, devido à constrição nuclear e porque não se prevê contenciosos e ideologias mobilizadoras capazes de induzir antagonismos e objetivos como os que motivaram as 1ª e 2ª GM e poderiam ter transformado a fria em quente. Também porque elas produziriam o caos na economia globalizada e seus custos, exponenciados pela tecnologia moderna, seriam proibitivos e desastrosos até para os países ricos. Serão improváveis, enfim, as guerras generalizadas de violência indiscriminada similares às industriais de massa, do século 20. A própria China, candidata a “potência insatisfeita” do século 21, terá comportamento prudente, ao menos fora da área de sua influência; o esforço para mais do que isso agravaria seus problemas internos, exigindo mais autoritarismo.

“Serão improváveis, enfim, as guerras generalizadas de violência indiscriminada similares às industriais de massa, do século 20.”

Ademais, embora existam vários países relevantes na economia mundial, na segurança os EUA são a única potência capaz de atuação *global* decisiva. Essa singularidade é apoiada em orçamento militar (2003) da ordem de US\$ 400 bilhões (cerca de 10% para pesquisa e desenvolvimento tecnológico!), maior do que a soma dos 10 orçamentos militares seguintes, cerca de 10 vezes o russo, alemão e francês, maior do que os PIB russo, só explicável pela manutenção da indisputabilidade do *status* de único poder global.

Passemos aos conflitos regionais/locais, infranacionais ou internacionais, motivados por problemas sociais, religiosos, tribais e étnicos, por integristas nacionalistas (IRA, ETA), ou decorrentes de disputas territoriais, por recursos naturais e da pressão demográfica sobre recursos limitados, alguns deles operacionalizados por armas fornecidas pelas maiores potências em função do interesse comercial, mas também político, pois a venda de armas, além de ato comercial, é também um exercício de influência.

O ocaso da guerra fria abriu espaço para esses conflitos, principalmente onde a descolonização criou Estados autoritários, pobres, multi-étnicos e multi-religiosos, incapazes de manter a ordem interna, com risco para a internacional – o que explica porque os Estados flagelados pela miséria, arbítrio e violência são considerados mais perigosos para a paz internacional do que os organizados e fortes. Esses conflitos chamam a atenção e preocupam porque a tecnologia introduz suas tragédias na vida emocional de todos pela TV e porque abertos às armas químicas, biológicas e nucleares primitivas ou radiológicas (explosão de material radioativo), cuja obtenção está ao alcance de Estados secundários e de organizações criminosas. Voltando à idéia já esboçada: é de se supor, porém, que os Estados detentores de tais armas conter-se-ão no seu uso, para não correrem o risco da reação das maiores potências. Mas a contenção não se aplica com segurança aos regimes ditatoriais de fundamentalismo fanático e ao terrorismo *não estatal*. Não se aplica, enfim, aos que não se constroem com a morte de sua gente e com o “vale tudo” assassino da violência indiscriminada.

Os conflitos locais entre Estados e Forças regulares são *geralmente* limitados no espaço e em intensidade, por opção à vista dos objetivos não radicais, ou por incapacidade para intensificá-los. O conflito Peru x Equador nos 1990 é um exemplo: objetivos que não entusiasmavam os dois povos, além de incapacidade operacional e logística. Mas, como insinua o *geralmente*, alguns podem ser intensos, se envenenados por fanatismo, ódio e diferenças inconciliáveis – situação comum nos interiores, não raro genocidas (Ruanda, Cambógia, Kosovo). O radicalismo é mais provável sob ditaduras que mascaram a realidade e onde existam condições econômicas e psico-políticas para sustentá-lo. Assim foi a guerra entre o Irã fundamentalista dos aiatolás e o Iraque do redentorismo ditatorial de Sadam Hussein, países com fanatismo, mídia controlada e receita do petróleo.

“O radicalismo é mais provável sob ditaduras que mascaram a realidade e onde existam condições econômicas e psico-políticas para sustentá-lo.”

Uns tantos contenciosos são mais perigosos em razão do nível dos contendores, de que é exemplo o da Cashemira, territorial envenenado pela religião. Um singular é o China/Taiwan, em tese regional e para a China, interno, mas que envolve os EUA, razão porque sua solução terá que ser alcançada sem ação militar chinesa.

Na América do Sul são poucos e sem gravidade os contenciosos pendentes e os antagonismos históricos tendem a esmaecer, se prevalecer nela a democracia e houver sucesso nos arranjos econômicos. Conflitos entre o Brasil e seus vizinhos são inverossímeis, embora não impossíveis se acontecerem crises e retrocessos autoritários propensos a criar problemas externos para controlar os internos, razão porque o progresso regional com democracia é nossa melhor garantia de tranqüilidade (lembremo-nos dos contenciosos do canal de Beagle e do aproveitamento hidroelétrico do rio Paraná, no regime argentino de 1976 a 1983, que precisava de questões externas para administrar as internas). Embora improváveis, se ocorrerem serão limitados devido à inexistência de objetivos radicais, à “falta de fôlego” e porque os EUA provavelmente criariam inibições à incontinência.

A implausibilidade de conflitos sul-americanos se limita aos clássicos, entre Estados, não se estendendo aos irregulares, internos político-ideológicos, ou resultantes da criminalidade organizada, mal contidos nos territórios nacionais, quando não de uma associação dessas causas (Colômbia hoje). Eles são mais prováveis em fronteiras não desenvolvidas, como as da Amazônia; as águas costeiras e o espaço aéreo, permeáveis como as fronteiras terrestres atrasadas, também são teatros desse tipo de problemas.

Algumas condutas entendidas como prejudiciais à humanidade (direitos humanos, armas de destruição de massa em “mãos inconfiáveis”, meio ambiente, mau comportamento internacional e de fundamentalismos e integristas, criminalidade transnacional), tendem a induzir intervenções militares para contê-las. Elas podem acontecer sob a égide da ONU, onde dependem do direito ao veto, ou de diretórios regionais, como a UE e a OEA. E sob a modalidade unilateral, com ou sem apoios: EUA no mundo (desde que não colida contra grande potência...) ou outra grande potência ou potência média, na área reconhecida como de seu protagonismo (Rússia na Ásia caucásica e central; China em seu entorno; Inglaterra e França em ex-colônias e outras possibilidades menos conspícuas).

O poder que intervém, eventualmente em nível de guerra clássica (Iraque 1991 e 2003), procura a decisão rápida, se possível com o apoio regional e de facções internas, consciente de que a ação militar não é conclusiva, ela apenas dá às instituições adequadas (diplomacia, organizações econômicas, humanitárias) as condições de segurança para a consecução dos objetivos últimos da ação.

As intervenções comprometem a ordem estruturada sobre os conceitos seculares de soberania e territorialidade - indicação de evolução no sentido de situar as grandes causas acima das soberanias clássicas. Grandes causas em geral associadas ao interesse econômico, tanto assim que o maior genocídio dos anos 1990, o de Ruanda, país economicamente irrelevante, não mereceu atenção. O Kuwait e os riscos da ditadura de Sadam Hussein teriam justificado os

conflitos do Golfo, sem o interesse pelo petróleo? Em contrapartida, as intervenções por motivos essencialmente econômicos carecem hoje de legitimidade e exigem que se lhes dê alguma camuflagem.

A resistência à intervenção é fadada ao insucesso quando é grande a assimetria estratégica. Mas ela pode ter alguma utilidade sob circunstâncias adversas para quem intervém: as sociedades afluentes, de países democráticos, com governos sujeitos à pressão da opinião pública e da mídia, são impacientes quanto ao tempo e pouco propensas a aceitar perdas e tragédias humanas por causas não percebidas como vitais. Conforme palavras de um jornalista, um *clichê* da CNN, espetacularizado à revelia do julgamento objetivo do evento, pode afetar a disposição do povo,

“A resistência à intervenção é fadada ao insucesso quando é grande a assimetria estratégica.”

como afetaram as fotos do desesperado terror da criança fugindo nua de ataque norte-americano com *napalm* a aldeia vietnamita e do General sul-vietnamita atirando na cabeça de vietcong aprisionado (prêmio Pulitzer).

Algumas observações sobre a ordem interna.

A esquerda radical vê nas Forças Armadas dos países de economia liberal as garantidoras do domínio burguês. No poder, ela imagina modelar o sistema militar como instrumento da classe proletária – um romantismo ideológico, haja vista que nos países comunistas pré 1989 ele era preparado em função dos interesses nacionais e da defesa da *pátria* e não dos de classe e da defesa dos *proletários*. Para a direita radical, as Forças Armadas devem ser *também* guardiãs da ordem socioeconômica – o que explica sua simpatia pelas doutrinas de segurança nacional dos 1930 aos 70/80. Ela vê como carga fiscal discutível um sistema militar não identificável como garantia de defesa, internacional e interna, dos esquemas que lhe convêm.

Nada disto é correto. Em país democrático as Forças Armadas devem ser apolíticas, a serviço da defesa nacional mas também da ordem legal, *de conformidade com o ritual definido no direito*. Sob esse paradigma a atuação militar é conveniente no controle de ilicitudes onde a ação policial é insatisfatória ou inviável (selva amazônica, mar costeiro, espaço aéreo) e de distúrbios de qualquer natureza, que agridam o direito e a segurança do povo, caso transcendam a capacidade policial (nos EUA a integração racial escolar em 1969/70 contou com o Exército onde a Polícia e a Guarda Nacional não bastavam e em setembro de 2001 a TV mostrou cenas patéticas de crianças católicas sendo protegidas de manifestações protestantes pelo Exército inglês, em Belfast). Mas o emprego das Forças Armadas não deve ser estendido à rotina da segurança pública – o que prejudicaria sua missão precípua e as comprometeria além do razoável numa democracia, com questões internas; ele precisa ser preservado para situações definidas, em que a atuação policial não basta, inclusive por exigirem meios e táticas operacionais só disponíveis nas Forças Armadas.

Olhemos agora o cenário tecnológico, influente nos conflitos do século 21, se envolvidas as potências tecnologicamente capazes.

1º) a tecnologia moderna permite resultados com menos destruição e perdas humanas, relativamente às 1ª e 2ª GM, Coréia, Vietnã, Irã x Iraque. Em vez de milhares de aviões, centenas de milhares de bombas, muita destruição e mortes indiscriminadas, algumas centenas de aviões com armas “inteligentes” e mísseis de alto desempenho proporcionam as condições necessárias para a ação terrestre decisiva com forças menores do que as usuais no século 20;

2º) os custos das armas modernas atingem valores astronômicos e a evolução da tecnologia as condena à obsolescência em tempo curto, depois de anos de desenvolvimento caro. No pré revolução industrial as armas mantinham eficácia por séculos; nos 1800 até meados dos 1900, por três a cinco dezenas de anos; agora, por 10 a 20 anos, pouco mais, se modernizadas. Para se ter uma idéia dos custos (valores aproximados, indicadores de grandeza relativa): o bom avião P-51 da 2ª GM custava cerca de US\$ 350 mil; um caça atual de bom desempenho, US\$ 30 a 40 milhões; o F-117, US\$ 100 milhões; o B-1, projetado para bombardear alvos na ex-URSS voando dos EUA, US\$ 400 milhões; o fantástico B-2, mais de US\$ 1 bilhão. O míssil de cruzeiro Tomahawk, lançado de navio, US\$ 1 milhão. O porta-aviões classe Nimitz, cerca de US\$ 4 bilhões. Resultado: os gastos com defesa no mundo se aproximam de US\$ 1 trilhão/ano (ano de referência 2000), dos quais 40% por conta dos EUA ;

3º) o uso eficaz das armas modernas depende do conhecimento da situação, para programá-las e/ou guiá-las, obtido por sistemas e meios externos (satélites – o revolucionário teatro espacial, hoje relevante nas comunicações, no posicionamento geodésico e na obtenção de “inteligência” -, aviões, sensores eletromagnéticos, óticos, acústicos, térmicos, operações de “inteligência”) e por equipamentos das próprias armas (eletromagnéticos, óticos, acústicos, térmicos); e

4º) a tecnologia reduz a especificidade dos teatros terrestre e marítimo e da guerra aérea, aumenta a interdependência das três Forças e contribui para superar a época das campanhas separadas, naval, terrestre e aérea e para incrementar a eficiência militar integrada, que requer estruturas organizacionais, material e doutrinas adequados. Nos conflitos Iraque/Golfo, Adriático/Balkans e Afeganistão/Índico havia um teatro único. No das Malvinas a Argentina foi prejudicada pela fragilidade do comando unificado, por força da tradição de autonomia das suas Forças.

A alta tecnologia, muito cara, está ao alcance de poucos e só os países que a controlam serão potências capazes de coerção militar na indução dos parâmetros internacionais da ordem do século 21. Mesmo as grandes potências não podem, por exemplo, pretender aviões como o B-1 e o B-2, elas se satisfazem com aviões bem menos caros, de desempenho inferior. O esforço

da URSS para acompanhar o norte-americano, incompatível com sua capacidade econômica, ajudou a precipitar o seu colapso - o que demonstra a fragilidade da potência militar não alicerçada em economia correspondente.

De fato: não há país economicamente fraco e militarmente forte; a Inglaterra, potência global no século 19, após seu desgaste nas duas grandes guerras do 20 viu decair sua economia, seu poder militar e seu império. A UE é capaz de *reduzir* a distância dos EUA, se lograr a união adequada; também a Rússia e a China, se superarem seus problemas internos. Os demais países “que contam” só podem pretender estratégias defensivas contra ameaças limitadas e alguma presença estratégica na ordem regional; para a global cabe-lhes apenas uma contribuição coadjuvadora ou simbólica. Em princípio, são eles: Japão (viabilizável como grande potência), Índia, Austrália, Irã, Paquistão, Indonésia, Israel e uns poucos mais, entre eles o Brasil.

Para finalizar o tema tecnologia: nos séculos 15 ao 19, a tecnologia da Europa delineou no mundo a ordem eurocêntrica. Agora, a dos EUA, secundada pela de outras grandes potências, contribui para delinear a do século 21, quando o delineamento depende da força militar. *Quando*, pois a contribuição militar é por vezes prescindível porque instrumentos econômicos, financeiros e culturais a substituem com vantagem. Mas se a contribuição militar for necessária, caberá influência decisiva à assimetria tecnológica.

São oportunas agora algumas ilações estratégicas, operacionais e organizacionais.

Em terra, ao contrário do que acontecia nas guerras do século 20, com suas campanhas prolongadas, batalhas e períodos de atrição estática, hoje os resultados tendem a acontecer em campanhas menos longas, com operações rápidas conduzidas por forças móveis, de penetração, flanco ou pontuais, em zonas e não em frentes de batalha, depois de reduzida por ataques aéreos, mísseis e operações especiais, a capacidade da força terrestre inimiga. Nas guerras do passado industrial de massa as tropas chegavam a milhares de homens por km², hoje a poucas centenas, ou menos.

Essas considerações sugerem dúvidas sobre os imensos Exércitos de cidadãos mobilizados. Não é fácil deslocá-los de modo a serem tempestivamente úteis, se é que suas unidades pesadas teriam uso viável nas circunstâncias geofísicas de certos teatros (selva, montanhas). Presentes nas grandes potências e em alguns países com cuidados regionais, as unidades pesadas estão deixando de ser o “carro-chefe” dos Exércitos, embora sempre convenha tê-las, ainda que em dimensões comedidas, pois existem situações em que a infantaria precisa do poder de choque dos carros de combate e da artilharia (os tanques de Israel em território palestino, dos EUA e Inglaterra no Iraque...).

A ênfase atual recai nas forças adequadas para rápido deslocamento estratégico, com boa tecnologia (inclusive mobilidade tática por helicóptero), empregadas mais ou menos esparsas, com iniciativa, mas coordenadas; e nas forças para operações especiais: destruição/sabotagem, apreensão, obtenção de “inteligência”, resgate e contraterrorismo. Nas áreas urbanas, preparadas para a complexa mescla de combate a curta distância, atividade para-policial e cuidados humanitários. Tudo isso significa Exércitos menores, mais profissionais, mais caros e menos fundamentados na conscrição universal.

Também no mar serão improváveis as longas campanhas por extenso controle de área marítima (Pacífico, 2ª GM) e de negação do uso do mar (“batalha do Atlântico”, idem), típicas das guerras generalizadas. Nos maiores conflitos pós 2ª GM (Coréia, Vietnã, Golfo) o fluxo oceânico de apoio não foi ameaçado e o controle de área oceânica extensa não tem propósito em conflitos regionais limitados, pois o tráfego transoceânico não é importante neles, além de ser ilógico que países não grandes potências desenvolvam Marinhas para campanhas oceânicas sem sentido relevante em conflitos regionais.

Até a USNavy, hoje o único poder naval global, a que as grandes potências praticamente abdicaram a tranqüilidade nas extensões oceânicas, já se preocupa menos com o domínio do mar *a la Mahan* e enfatiza a projeção sobre terra - ênfase que admite estar seguro o uso dos oceanos, pressuposto natural para ela, capaz de restaurar tal segurança, se ameaçada. Em suma: para os EUA os oceanos, proteção do seu isolacionismo desenvolvimentista no século 19 e, simultaneamente, barreira protetora e teatro de trânsito da projeção de seu poder no 20, tendem a ser principalmente esse último no 21.

Sobre os meios navais, vejamos primeiro a aviação embarcada. Trata-se de sistema de armas para Marinhas com encargos extensos e/ou distantes, importante nas missões de ataque em intervenções, sobretudo se não existirem bases aéreas próximas (importante, se não imprescindível, mas a tecnologia está gradativamente permitindo a substituição/complementação de aviões por mísseis lançados de navios). A URSS, ao tempo de seu ufanismo globalista, chegou a pretender Marinha com porta-aviões e talvez a China precise dele, se quiser estender sua hegemonia além do alcance da aviação baseada em terra.

A aviação embarcada nunca foi usada na defesa da fronteira marítima, em que a contribuição aérea é factível voando de terra, sem expor o porta-aviões (no conflito das Malvinas o porta-aviões argentino foi mantido na base porque teria sido alvo dos submarinos ingleses). Quanto ao trânsito oceânico, são/serão improváveis os conflitos com ameaça capaz de exigir a interveniência de aviões embarcados.

Navios de superfície continuam úteis para várias missões: patrulha, bloqueio, projeção

sobre terra (canhões e mísseis); mas a tradicional, escolta de comboios, está em ocaso. Já os submarinos são a melhor arma para atuação contra forças navais superiores, adequados para missões em que seja necessária a discrição; entretanto, sua missão clássica, o ataque ao tráfego marítimo, que ameaçou a Inglaterra e comprometeu o Japão na 2ª GM, tem pouco cabimento nas conjunturas aventadas, em que o transporte marítimo não é ameaçado e/ou não é importante, dada a curta duração.

Ainda quanto ao mar: a tecnologia de defesa dificulta os grandes assaltos anfíbios sobre litoral defendido, como os da 2ª GM. Em 1991, apesar de sua superioridade, os EUA não ousaram o assalto no litoral do Kuwait, onde o Exército iraquiano lhes teria cobrado alto custo. O plausível agora é o desembarque de forças leves para controlar área litorânea ou no interior, primordialmente por helicópteros (os fuzileiros navais no Afeganistão, levados do Indico, sobre o Paquistão), concepção especialmente útil em intervenção. A projeção anfíbia é também viável como incursão, por unidades pequenas, com os propósitos elencados para as operações especiais.

No ar está descartado o bombardeio aeroestratégico indutor de perdas de vidas e de danos indiscriminados, visando desgastar a economia inimiga e o ânimo do povo. O bombardeio aeroestratégico fez sentido na guerra industrial de massa (2ª GM), mas não faria nos conflitos agora mais plausíveis e não foi praticado no Golfo, nos Balcãs e no Afeganistão, onde teria produzido destruição e perdas de vida irrelevantes para a decisão.

Nos conflitos atuais o uso de aviões em missões de ataque é adequado para estabelecer a superioridade aérea necessária à segurança da operação terrestre e para apoiá-la. Missões em que se procura não atingir indiscriminadamente o povo e recursos que não contribuem para a capacidade militar – o que não acontece com segurança principalmente envolvendo alvos urbanos, quando erros humanos e técnicos produzem destruição e mortes não desejadas. A espetacularização sensacionalizada pela TV, desse tipo de ação no Iraque, Sérvia e Afeganistão (aviões e mísseis), tem induzido a idéia de que ele resolve, mas o que ele faz é facilitar a solução “no terreno”.

Seu sucesso depende de capacidade tecnológica, condições financeiras para o caro esforço e que o país alvo seja vulnerável a ele (geografia física, desenvolvimento). No Afeganistão, apesar dos intensos ataques aéreos, a resistência (guerrilha) prosseguiu por meses, ajudada pela topografia montanhosa e pelo atraso afegão - tal como ocorrera antes com a URSS no próprio Afeganistão e com os EUA no Vietnã, onde a dificuldade física era a selva. Já o bom Exército iraquiano, operando em país razoavelmente desenvolvido, teve sua capacidade prejudicada com rapidez, por ataques pelo ar.

“Enfim: a alta tecnologia é eficaz quando o país alvo é vulnerável a ela. Mas tem menor valor nos casos de guerrilha e outras operações não convencionais, principalmente em regiões atrasadas ou de características geofísicas desfavoráveis.”

Enfim: a alta tecnologia é eficaz quando o país alvo é vulnerável a ela. Mas tem menor valor nos casos de guerrilha e outras operações não convencionais, principalmente em regiões atrasadas ou de características geofísicas desfavoráveis. De qualquer forma, a ação aérea e missilística de choque, por ser viável com baixa taxa de perdas para quem a pratica, é fator de sedução para que as potências usufrutuárias de grande assimetria tecnológica decidam empregar a violência tecnologizada, na implementação de seus objetivos.

Uma breve menção à guerrilha, *de propósitos ofensivos (ordem política e social) ou defensivos (resistência a forças superiores)*, cujo sucesso é medido mais pelo seu resultado político do que pelo militar imediato. Trata-se de atrição plausível onde existam as condições que a facilitam, psico-políticas e socioeconômicas (atraso infra-estrutural, pobreza, ideologia mobilizadora) e geofísicas (selva, montanhas, áreas urbanas), que dificultam a ação das forças clássicas e comprometem a eficácia da alta tecnologia. Nos conflitos pautados pela guerrilha é tênue a distinção entre combatentes e não combatentes e confuso o combate, por vezes mais um confronto entre forças militares atuando como polícia e os “fora da lei”. Neles não existem frentes e sim áreas imprecisas de combate; a guerrilha raramente defende objetivos definidos, usa o espaço e o tempo evitando o confronto decisivo. Suas operações se caracterizam pela iniciativa e manobra, com ações que tumultuam o adversário apegado a compromissos de defesa (urbanos, linhas de comunicações e transporte, etc.) – que, se mantidas por longo tempo, podem levar o inimigo a rever seus objetivos (EUA / Vietnã); mais uma vez: a demora impaciente, mais ainda se implicar em muitas perdas de vida)

Passemos ao Brasil que, como dito antes, se insere nos países “que contam”, *com as restrições do seu nível de desenvolvimento tecnológico, do seu sufoco fiscal e da ausência de preocupações de defesa*. Iniciemos com alguns condicionamentos da defesa nacional.

1º) O Brasil tem interesses econômicos globais e é atento às questões humanitárias e ambientais mundiais, mas no que se refere à defesa suas preocupações devem, por ora, cingir-se à América do Sul e ao Atlântico Sul (sobretudo suas águas ocidentais), teatro de seus interesses vitais. Fora dele é razoável admitir que os interesses brasileiros sejam protegidos pela ordem internacional. Em síntese: *a agenda brasileira é global na economia e preocupações humanitárias e ambientais, mas a de segurança é regional*.

2º) Para os EUA, a América do Sul não inspira preocupações além da criminalidade transnacional - motivação que substitui a do comunismo soviético. O TIAR perdeu sua razão de ser, se é que teve fora do quadro do confronto Leste x Oeste; sua vivificação só seria necessária se houvessem ameaças que justificassem a segurança coletiva tutelada pelos EUA.

3º) Com o fim da ameaça submarina soviética o Atlântico Sul deixou de preocupar

como teatro clássico (o Atlântico Sul e demais oceanos). O Brasil não precisa ter cuidados maiores com ele como teatro de trânsito de ameaça de grande potência que, além improvável, só seria viável se permitida – *ou realizada* – pelos EUA. Ocorrerão nele ações irregulares, mas não se prevê que venha a ser teatro de guerra entre forças navais organizadas, de Estados.

4º) A prioridade estratégica do Prata perdeu a força que teve porque inexistem motivos que a justifiquem e assim continuará se a associação econômica regional tiver sucesso e for seguida pela associação política e estratégica, com a exorcização de velhas preocupações. A Amazônia merece agora mais atenção; não se trata de ameaças regulares de Estados, mas de irregulares (guerrilha, drogas, contrabando, terrorismo). Intervenções de grande(s) potência(s) por questões ambientais aparentam por ora ser devaneio nacionalista, até porque para influenciar o comportamento do Brasil na região são mais lógicos os mecanismos econômicos e financeiros de coação.

5º) A criminalidade organizada, *lato senso* e sobretudo no plano transnacional, em nível que transcende o sistema policial, é fator a ser considerado no preparo militar. Também a ordem constitucional e legal, sempre admitido o respeito ao ritual do direito e a impropriedade do uso *rotineiro* das Forças Armadas na segurança pública.

O cenário regional deve inspirar o preparo útil para dissuadir a evolução ao nível de risco de ação militar e para controlá-la em seu início caso falhe a dissuasão, dentro da idéia de que o desejável é a solução rápida, estritamente necessária. A dissuasão depende da capacidade de executar ação relacionada com o contencioso; dissuasão ampla e abstrata soa falsa (a Al-Qaeda dissuadida pelas ogivas nucleares norte-americanas...?).

Tal preparo é útil para atuar em intervenções, que admitem dois casos: (1º) intervenção sujeita a resistência ponderável, caso em que depende da participação protagônica dos EUA ou de outra grande potência, em sua área de influência; a países como o Brasil caberia apenas participação coadjuvadora ou simbólica. (2º) intervenção não ou mal resistida; nesse caso, países como o Brasil podem ou até devem ter participação significativa, existindo interesses importantes ou em razão da proximidade, indutora de *cuidados e responsabilidades* – um problema de que o Brasil não pode se eximir sem abrir mão da sua posição, na América do Sul.

Uma breve observação sobre as fronteiras permeáveis, terrestres (sob as óticas geofísica e econômica são várias fronteiras) e a marítima, entendida como a faixa de mar *no mínimo* igual à das águas sob jurisdição brasileira. Já têm ocorrido e ocorrerão nelas problemas exigentes de atuação militar. Na Amazônia, em razão de sua permeabilidade, a localização tem que ser flexibilizada, pois os problemas podem acontecer na fronteira ou até longe dela. Preocupações para-policiais com implicações militares são aplicáveis também ao espaço aéreo, naturalmente permeável.

Admitido o apresentado, estarão corretos nosso pensamento estratégico e seu modelo de configuração militar?

Esse problema está na agenda do mundo; as revisões têm enfatizado a autodefesa e, com limitações (não os EUA...), a projeção de poder. Para o Brasil, a resposta tem que ser restritiva também por força do sufoco fiscal resultante de demandas sociais e econômicas, uma constrição compreensível, mas, infelizmente, ela vem atuando de forma atabalhoada, menos por competente opção racional e mais no bojo do alheamento político e da sociedade.

A revisão precisa da contribuição militar, sem sujeição abúlica às concepções corporativas e missões auto-assumidas. Ela deve esboçar o que se pretende do poder militar e a capacidade nacional para concretizar a pretensão, permitindo a reflexão sobre projetos militares e evitando

“Os programas militares têm que estar vinculados a uma idéia de defesa nacional e a adoção, o abandono ou a modificação de programas precisam ser coerentes com a evolução daquela idéia, seus objetivos e concepções – ou então há algo errado na condução do tema.”

que eles sejam adotados por mimetismo, inércia doutrinária e influências setorializadas. Há que priorizar, tarefa que não é monopólio militar, é tarefa a ser compartilhada com o mundo político, ouvidos os foros adequados. Os programas militares têm que estar vinculados a uma idéia de defesa nacional e a adoção, o abandono ou a modificação de programas precisam ser coerentes com a evolução daquela idéia, seus objetivos e concepções – ou então há algo errado na condução do tema.

Na seqüência, é apresentada uma visão conceitual básica de cada Força com o respectivo esboço das estruturas de meios - a visão conceitual, em tese de responsabilidade *política e militar*.

Convém balizar nosso preparo naval por duas idéias: (1ª) nas improváveis hipóteses externas apenas parte da fronteira marítima seria objeto de ameaça, porque nosso litoral é grande, os objetivos serão limitados e, no plano regional, faltaria capacidade para algo maior. (2ª) o Brasil não pode por ora ser ator naval de peso longe do país, onde a segurança de seus interesses depende da ordem internacional, mas deve sê-lo nas águas próximas e no Atlântico Sul ocidental. A concepção de defesa naval condicionada por essas idéias não é simpática ao conservadorismo adepto do poder oceânico clássico, mas à realidade restritiva e à impropriedade para o Brasil, da inspiração imperial-marítima de Mahan, a vem impondo na prática.

Em coerência com essas idéias e com o dito antes sobre o mar, aventemos esse esboço estrutural para Marinha: um núcleo com submarinos e navios de combate, para o controle do mar de interesse para a defesa da fronteira marítima e capacidade de minagem para a defesa de áreas sensíveis, em extensão de costa limitada pela conjuntura; os submarinos, convencionais para a

defesa próxima e de propulsão nuclear, para a distante. Caberia a esse núcleo fornecer meios para forças de intervenção (embargo/bloqueio e apoio às ações em terra) e para cooperar no controle da ordem no Atlântico Sul.

Além desse núcleo: forças anfíbias para integrar forças de intervenção, o Brasil como coadjuvante secundário se em cenários além-mar de intervenção resistida, bem como para incursões rápidas com características de operações especiais. Também são necessárias forças especializadas (navios/embarcações, helicópteros, fuzileiros-navais) na Amazônia e rio Paraguai, para a defesa territorial e controle e implementação da lei e da ordem, bem como navios e embarcações para o controle rotineiro, a implementação do direito e a salvaguarda da vida humana, no mar sob jurisdição brasileira - tarefas típicas de Guarda-Costa. Finalmente, aviões de patrulha marítima e para ataque a navios em cenários de defesa da fronteira marítima; os de patrulha, úteis ao controle rotineiro das águas sob jurisdição brasileira, preferencialmente navais, voando de bases da Força Aérea mas, se da Força Aérea, operacionalmente vinculados à Marinha.

Esse esboço não preconiza nem descarta o porta-aviões. A questão é político-estratégica: nossas responsabilidades e preocupações requerem projeção transoceânica em cenário exigente de aviação de combate, fora de força internacional em que os EUA ou outra grande potência exercesse o papel principal? Se a resposta for sim, requerem, a omissão está errada. Se a resposta não endossar a atuação distante com responsabilidade protagônica, a omissão está certa.

O Exército está pondo em curso duas orientações. Primeira: maior atenção à Amazônia. E segunda: concentração do preparo de melhor nível em algumas unidades selecionadas. As demais unidades permanecem em nível inferior; além de reserva ativa, elas exercem a presença territorial historicamente relacionada com a integração nacional e a ordem interna, preocupação ainda válida, mas cujo modelo pode ser revisto em razão da melhora das comunicações e dos transportes ocorrida desde a época em que ele foi adotado.

O esboço estrutural agora apresentado está em implantação, lenta por força das restrições orçamentárias: um núcleo moderno, com boa mobilidade, constituído por unidades convencionais leves e ágeis, por um sub-núcleo mais pesado destinado a missões episódicas, improváveis no cenário sul-americano mas não impossíveis (carros de combate e artilharia) e por unidades de operações especiais, para ações limitadas, de defesa do território e proteção de interesses brasileiros, cabendo a esse núcleo fornecer unidades a forças de intervenção. Também vêm merecendo atenção prioritária as unidades aprestadas para a Amazônia, visando a vigilância e defesa territorial e, respeitados os parâmetros legais, à implementação da lei e da ordem, com capacidade anti-guerrilha e para ação de guerrilha (atrição defensiva, no caso da *improbabilíssima* ação intervencionista).

A Aeronáutica prossegue enredada nos problemas de sua dualidade civil-militar, da doutrina do poder aeroespacial unificado (aviação civil, aeroportos, indústria aeroespacial, segurança da navegação aérea), que teve sua época correta, dos 1940 aos 1970, mas hoje algumas de suas facetas são pelo menos discutíveis. Apesar dos percalços da dualidade, a Aeronáutica militar avança em rumo compatível com a idéia de defesa nacional e com as considerações sobre a guerra aérea, sintetizadas anteriormente. A defesa aérea e a superioridade aérea são pensadas em termos realisticamente seletivos e o ataque ao solo, essencialmente o de interesse operacional-militar. Também estão merecendo atenção cuidadosa a vigilância e o controle rotineiro do espaço aéreo, inclusive do imenso amazônico.

A estrutura adequada pode ser assim esboçada: um núcleo de aviões de bom desempenho (interceptação e ataque) para missões de superioridade aérea/defesa aérea em áreas limitadas em função de conjunturas peculiares e de aviões para ataque a objetivos de interesse militar em teatro operacional de defesa do território e de interesses brasileiros. Além deles, aviões para transporte estratégico (a mobilidade tática de força terrestre, por helicópteros, só complementar à do Exército), controle e imposição da lei no espaço aéreo (onde se inserem os aviões de controle do espaço aéreo e de “polícia aérea” do SIVAM) e obtenção de “inteligência” (reconhecimento).

Na implementação do preparo o Brasil deve aproveitar o não estar sujeito a ameaças críticas para conferir-lhe a tecnologia compatível com seu *status* e suas possibilidades, dentro da idéia de que a mera compra de armas, sem a correspondente capacidade de mantê-las e usá-las, não é garantia de defesa. Merecem realce o que proporcione escala industrial (material de consumo, equipamentos usados em grande número), assegure o uso soberano dos meios (*software* operacional, por exemplo), ou for julgado importante, mas cujo fornecimento seja vedado pelas políticas restritivas das maiores potências (missilística, guerra eletrônica, propulsão naval nuclear, etc.).

Há que se atentar também para o fato de que a eficácia pode ser freqüentemente atendida pela integração, mediante esquemas organizacionais definidos pela situação. A integração depende da vontade de aceitá-la, em falta no Brasil, onde as Forças Armadas estão historicamente contaminadas pelo vírus das autonomias corporativas resistentes à lógica da integração – problema igualmente vivido por outros países. Um bom incentivo seria a criação periódica e transitória de Comandos integrados experimentais, para planejamentos, exercícios, identificação e solução de dificuldades. Talvez um permanente, na Amazônia ocidental, por exemplo, onde o potencial do SIVAM seria útil – além de se tratar de teatro naturalmente combinado.

“A integração depende da vontade de aceitá-la, em falta no Brasil, onde as Forças Armadas estão historicamente contaminadas pelo vírus das autonomias corporativas resistentes à lógica da integração – problema igualmente vivido por outros países.”

O exposto até aqui sugere a viabilidade de redução dos efetivos, com um senão: se por um lado a tecnologia reduz a necessidade de combatentes, por outro ela exige mais pessoal de manutenção. Mas esse pessoal só parcialmente precisa ser militar: os EUA usam não apenas pessoal civil orgânico das Forças, mas também via terceirização. Defensores das dimensões alentadas argumentam que nossos efetivos são pequenos no mundo (relação militar-habitantes). O argumento é discutível, pois não é razoável dimensioná-los pelo tamanho da população e sim em função das vulnerabilidades e ameaças verossímeis. Dimensionar o poder militar em função da própria população é aceitar o controle do povo como razão de ser dos Exércitos.

Também é conveniente a revisão do serviço militar obrigatório, que não responde bem à tecnologia moderna e à prontidão operacional (o serviço militar curto não habilita o soldado para o uso de material complexo e a atuação eficiente em combate, incompatível com a imaturidade do jovem recruta). Bem como a revisão da necessidade de organizações militares criadas sob circunstâncias de outra época, hoje defendidas pelas comunidades e seus políticos paroquiais, onde os militares têm peso na vida socioeconômica local.

Esse tipo de revisão está em curso nas maiores potências e demais países “que contam”, onde Forças Armadas menores, tecnologizadas e preponderantemente profissionalizadas estão substituindo as de recrutas da rotina anual. Ela introduz no orçamento militar um complicador: o soldado profissional qualificado, com habilitações úteis ao setor privado, tem que ser adequadamente remunerado e a maior remuneração só em parte é compensada pelo menor número. E induz um problema: os Exércitos de massa eram motivados pela emoção cívica, os menores, profissionais, tendem a sê-lo pela racionalidade dos objetivos e do emprego da força; nas grandes democracias esse problema já se reflete na redução do interesse pelo serviço profissional voluntário, em que cresce a proporção dos menos favorecidos (mais grave: a tendência de esse serviço ser procurado por propensos à violência como profissão).

A razão constitucional das Forças Armadas “... destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”, correta, é insuficiente como orientação para o preparo militar. A política de defesa (dezembro de 1996) deveria ter coberto a lacuna, mas, formulada por militares e servidores civis no vácuo da apatia política e societária, o resultado foi uma política válida para qualquer país médio, vaga a ponto de permitir o apoio às visões corporativas setoriais, mais do que condicioná-las. Exemplificando: a propensão pacífica do Brasil; o incremento científico e tecnológico; a proteção da Amazônia; o desarmamento global; a contribuição para a integração nacional, defesa civil e desenvolvimento econômico; a vivificação da faixa de fronteira; a melhora do controle das fronteiras, águas brasileiras e espaço aéreo; o fortalecimento dos sistemas de transporte, comunicações e energia e a presença na Antártica (!); o aprimoramento material e organizacional; a dissuasão e a estratégia defensiva.

A questão da apatia sugere uma consideração. Na nossa história o sistema militar sempre esteve pautado pelo bem do país – o que não significa imunidade a erros – mas agora ele está sendo empurrado para uma insólita desimportância, aparentemente do agrado de parte do universo político e da *intelligenza*, que procura desenfatar as Forças Armadas “ignorando” a utilidade delas, instituições resistentes às crises, para a manutenção de uma sociedade nacional organizada, protegida e solidária - utilidade que pode ser comprometida pelo ressentimento decorrente da desimportância insensata.

Há um sintoma sugestivo da involução para a desimportância: na votação do orçamento, mecanismo importante da presença da representação do povo (bem ou mal usado...), a outorga ou negação de recursos independe do objetivo da aplicação, deixada ao talante das Forças. Não se deve pretender do Congresso uma dedicação detalhada ao tema, mas o fato é que os recursos são concedidos ou negados absolutamente à revelia dos efeitos sobre a defesa nacional, pela qual numa democracia o Congresso é também responsável.

Já que foi citado o orçamento, abramos um parêntese para ele: nosso orçamento militar é um dos menores do mundo “que conta”, em percentual do PIB. Talvez a pequena participação seja compreensível à vista das dificuldades socioeconômicas e da ausência de problemas críticos de defesa, mas o fato é que seu perfil estrutural nunca foi analisado no âmbito político, desinteressado do mérito do preparo militar. Em 2003, situação similar à de anos anteriores, cerca de 75% do orçamento se destinam aos proventos do pessoal ativo, inativo e pensionista. Se acrescentarmos outros encargos vinculados ao pessoal, a grande rubrica pessoal sobe à cerca de 80%. O que sobra, onde incidem os contingenciamentos, destina-se às despesas de capital e custeio corrente - em suma, ao preparo e emprego das Forças! A continuar o agravamento desse perfil, provável à vista da pressão crescente das despesas compulsórias, em poucos anos o sistema militar estará radicalmente comprometido, até questionável.

Essa ameaça seria controlável via aumento do orçamento, mas isso é por ora difícil. A capacidade fiscal de um Estado depende da riqueza nacional, da sua apropriação pelo Estado e do modelo de dispêndio do apropriado. Países ricos e de *welfare state* modesto podem aplicar recursos vultosos no preparo militar (EUA). Países ricos mas de pesado *welfare state* podem usar recursos substanciais, abaixo do nível daqueles (Europa ocidental). Países de recursos limitados e pressionados por forte carga social têm que ser parcimoniosos nos gastos militares

“Países de recursos limitados e pressionados por forte carga social têm que ser parcimoniosos nos gastos militares (Brasil).”

(Brasil). Muito dispêndio militar sem riqueza compatível e com mau atendimento do povo, só com autoritarismo (China e Coréia do Norte). A solução do problema, gradativa, depende da dinâmica da verdade aritmética fiscal e de complicadas alterações organizacionais e legais,

mas é preciso planejá-la e deslanchá-la, para que se resgate a defesa nacional do ostracismo que a vem caracterizando um tanto psicoticamente. Parêntese fechado.

O Ministério da Defesa é, em tese, uma organização útil para conduzir a “questão defesa nacional”. Para concretizar seu potencial é preciso que ele consiga administrar as fluidas conexões entre a política, a burocracia e a defesa nacional em todos os seus aspectos: a política militar e seus corolários (estratégicos, logísticos, administrativos) e os assuntos pertinentes à indústria, tecnologia e infra-estrutura, de interesse para a defesa. É preciso que ele seja capaz de rever facetas discutíveis de concepções tradicionais ainda influentes, que ele controle a tradição de autonomia corporativa das Forças e promova a integração possível, que seja capaz de exercer autoridade apoiada na confiança e lealdade das Forças, não as deixando sentirem-se nem funcionalmente nem psicossocialmente órfãs.

O potencial do Ministério da Defesa é prejudicado pela cultura da autonomia das Forças, pela apatia política e por seus problemas de origem; o peso das Forças, instituições organizadas, com histórica participação na vida nacional, confrontado com a fragilidade institucional “de fato” da inovação, faz com que seja pequena a diferença em relação ao passado. A situação é passível de correção, desde que haja intenção política e que o Ministério seja “tripulado” por militares e civis adequados ao problema, quesito complexo no tocante aos civis dado o descaso pela defesa nacional. O reforço da autoridade deve acontecer principalmente na área orçamentária, no aprimoramento da política de defesa e na sua aplicação, cabendo ao Ministério supervisionar a gradação de prioridades, no contexto *integrado*.

Começando a finalizar: a evolução em curso está mudando os conceitos e o estado da tecnologia, atuantes nas concepções de defesa. Prudentemente, mas sem apego dogmático ao passado, é preciso rever seus fundamentos e desdobramentos estratégicos, operacionais, organizacionais, logísticos e administrativos – o que não é fácil, pois somos prisioneiros da herança cultural e do hábito e relutamos diante da mudança que, rápida, só acontece sob acicate autoritário e/ou revolucionário. Não foi à toa que o Primeiro Lorde do Mar, Almirante Fisher, disse o seguinte, referindo-se à resistência de Almirantes de visão tradicional, global-imperial, à concentração da Marinha inglesa na Inglaterra, às vésperas da 1ª GM: eu desconfio das cabeças que não mudam, quando as circunstâncias mudam. A frase é válida hoje, quando adeptos de idéias agora discutíveis, em vez de adaptá-las às novas circunstâncias, imaginam hipóteses pouco plausíveis e deturpam circunstâncias para ajustá-las ao conservadorismo, mistificam a realidade para atender a cultura estabelecida.

O resultado é desalentador, pois nenhum povo e poder político se predispõem a pagar o custo da inércia cultural-doutrinária dissonante da realidade, do preparo para a defesa do que não é entendido como ameaçado ou verossimilmente susceptível de vir a sê-lo. Nas sociedades

democráticas, de elites capazes, o preparo militar é objeto de negociação em que sua aceitabilidade é condicionada pela lógica que o inspira. O apoio só é seguro quando a sociedade e o poder político o entendem como racional, coerente com o presente e os parâmetros *verossímeis* do futuro. Tanto assim que, provavelmente, as opiniões política e pública brasileiras compreendem e aceitam hoje o ônus dos cuidados com a Amazônia, mas não se deve esperar o mesmo do preparo para uma defesa abstrata ou para a atuação militar distante. Podem até “engoli-lo” por indiferença, ignorância ou impotência, mas não o apoiarão com convicção e o provável é a frustração, a rotina da sufocante sobrevivência orçamentária.

Em coerência com este texto, nossa situação seria assim resumida: o Brasil prestigia os ideais éticos e jurídicos da cultura ocidental, mas não pode ignorar que a correlação de forças, inclusive a militar, influencia a serventia daqueles ideais. O preparo militar para o exercício de influência realista requer que atentemos para as ameaças plausíveis e nossas vulnerabilidades a elas, sobriamente confrontadas com as possibilidades fiscais, enfatizando-se as hipóteses limitadas de segurança, ordem e estabilidade regional, admitida secundariamente, com engajamento tanto menos significativo quanto maior a distância do Brasil e menor o interesse brasileiro, a cooperação para a ordem global.

“...o Brasil prestigia os ideais éticos e jurídicos da cultura ocidental, mas não pode ignorar que a correlação de forças, inclusive a militar, influencia a serventia daqueles ideais.”

Caracterizado por capacidade militar expressiva e credível no contexto regional e no subestratégico (onde se inserem as tarefas de segurança para-policial e a ordem interna), além de sinalizadora de custos para qualquer agressor, portanto estimuladora de soluções pacíficas, esse quadro de comedimento minimamente convincente deve prevalecer enquanto construímos um país socialmente mais feliz e economicamente mais forte. Na medida em que se realize o avanço socioeconômico (e tecnológico), a projeção estratégica do país aumentará naturalmente e com ela a presença brasileira na regulação da arquitetura do mundo (insere-se aí a participação permanente no CS/ONU, hoje pretensão mais ufanista, para “consumo” interno, do que objetivamente factível e útil).

Assim aconteceu com os EUA que, da independência nos 1770 ao fim do século 19, desenvolveram-se cultivando política econômica globalista e política de segurança restrita ao seu território e adjacências imediatas, ao amparo do guarda-chuva naval inglês – tal como, dos 1950 aos 80, o Japão chegou a grande potência econômica à sombra do poder militar norte-americano. Mas uma vez desenvolvidos, os EUA viram crescer sua presença estratégica abrangente – uma característica da dinâmica da história que, dentro de certos limites, é válida no contexto do século 21 para uns tantos países dotados do potencial conveniente.

Entre eles o Brasil, que deverá crescer estrategicamente sem atropelos ilusórios, indutores de insucesso e frustração. Deverá desenvolver-se ao amparo de dois níveis de segurança: o regional e interno – o regional, admitindo associação com países vizinhos, o interno, autônomo. E o global, basicamente assegurado pela ordem internacional, para o qual a contribuição brasileira deve ser por ora discreta, se não simbólica, aumentando com o desenvolvimento.

O Dossiê CEBRI é uma publicação temática não periódica, sobre temas relevantes das relações internacionais como um todo e, em particular, da política externa brasileira.

Cada volume traz um artigo elaborado por um especialista no tema abordado, a convite do CEBRI.



CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Rua Guilhermina Guinle, 127 - Botafogo
CEP 22270-060 - Rio de Janeiro, RJ
Tel: (21) 2219-4468 Fax: (21) 2537-5305
E-mail: cebri@cebri.org.br
www.cebri.org.br

